



Requerimento de acesso a documentos ou processos administrativos

Identificação do/a Requerente

Nome | Firma:

Morada | Sede:

Código Postal:

Freguesia:

Documento de Identificação:

N.º

Data de Validade:

Contribuinte n.º

Telefone:

Telemóvel:

Correio Eletrónico:

*Autorizo o envio de notificações, no decorrer deste processo, para o endereço eletrónico indicado.

Representante:

Pedido

Diga o que pretende (exemplo: consulta, cópia ou certidão):

Diga qual o documento ou processo que pretende:

Diga qual o serviço municipal onde estará o documento ou processo:

Indique qual a sua posição no processo: (ex. interessado, terceiro, parte)

Indique qual o seu interesse legítimo:

Assinatura:

Data:

Principais Condições de Acesso/Reprodução de Documentação

O acesso aos documentos administrativos preparatórios de uma decisão ou constantes de processos não concluídos pode ser deferido até à tomada de decisão, ao arquivamento do processo ou ao decurso de um ano após a sua elaboração, consoante o evento que ocorra em primeiro lugar.

Considerando que o município e os/as seus/suas trabalhadores/as estão vinculados à obrigação de sigilo e confidencialidade de dados pessoais, caso solicite o acesso a documentos com dados pessoais que não lhe digam respeito, deverá:

- Apresentar declaração ou procuração com autorização escrita do/a titular dos dados que seja explícita e específica quanto à sua finalidade e quanto ao tipo de dados a que quer aceder; ou,
- Alegar e demonstrar fundamentadamente ser titular de um interesse direto, pessoal, legítimo e constitucionalmente protegido suficientemente relevante, após ponderação, no quadro do princípio da proporcionalidade, de todos os direitos fundamentais em presença e do princípio da administração aberta, que justifique o acesso à informação.

Informações sobre tratamento de dados pessoais

O destinatário dos dados pessoais e responsável pelo tratamento é o Município de Grândola contactável através do email geral@cm-grandola.pt ou pelo telefone 269 450 000 que designou Encarregado de Proteção de Dados contactável através do email epd@cm-grandola.pt.

As finalidades do tratamento correspondem às indicadas no formulário, procedimento administrativo, requerimento, documento ou comunicação apresentada.

O tratamento necessário para cumprimento das obrigações legais, exercício de funções de interesse público ou autoridade pública de que está investido o Município.

Podem ser destinatárias dos dados outras entidades públicas, se previsto na legislação.

O prazo de conservação é o necessário à finalidade de tratamento acrescido do prazo previsto na legislação, incluindo de arquivo municipal.

Os titulares dos dados pessoais têm os direitos, nos termos e condições definidos legalmente, de acesso aos dados pessoais, retificação, apagamento, limitação do tratamento e de se opor ao tratamento. Têm ainda o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo, a Comissão Nacional de Proteção de Dados. Os direitos podem ser exercidos mediante contacto com o Município ou com o Encarregado de Proteção de Dados.

Para mais informações poderá consultar as nossas políticas de privacidade no website: www.cm-grandola.pt.